

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em julho de 2012, o Grupo Parlamentar do PCP questionou o anterior Governo PSD/CDS sobre as condições deploráveis de alguns postos da GNR no Algarve, em particular, do Posto Territorial de Lagos (pergunta n.º 3712/XII/1.º).

Na sua resposta, o Governo reconhecia que «as instalações [do Posto Territorial de Lagos] encontram-se degradadas e desajustadas face às necessidades do serviço da GNR, não oferecendo as melhores condições de trabalhos aos militares nem para os cidadãos».

Apesar deste reconhecimento, o anterior Governo PSD/CDS tardou em encontrar uma solução para o problema, situação que foi denunciada pelo Grupo Parlamentar do PCP em mais três perguntas ao Governo (n.º 3939/XII/1ª, n.º 807/XII/2ª e n.º 1530/XII/2ª) e em diversas audições parlamentares ao Ministro da Administração Interna.

Em julho de 2016, uns meses depois da tomada de posse do atual Governo PS, uma delegação do PCP visitou novamente o Posto Territorial de Lagos da GNR, podendo confirmar que as instalações se encontravam ainda mais degradadas, com múltiplas infiltrações, estuque de paredes e teto a cair, portas e portadas a desfazerem-se e intenso cheiro a mofo em algumas divisões. Assim, estas instalações não ofereciam condições adequadas de trabalho aos profissionais da GNR e de atendimento ao público, nem o espaço do Posto onde viviam alguns elementos da Guarda tinha condições de habitabilidade minimamente aceitáveis (nessa altura, o PCP assinalou que um profissional da GNR havia contraído uma infeção pulmonar devido às desadequadas condições de habitabilidade do espaço).

Na sequência desta visita, o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Governo PS (pergunta n.º 2834/XIII/1ª, de 21 de julho de 2016) sobre as novas instalações do Posto Territorial de Lagos da GNR.

Na sua resposta, o Governo informou que em abril de 2015 «foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal de Lagos e a GNR para a reinstalação desta infraestrutura [Posto Territorial

de Lagos] *num edifício [situado no Chinicato] de que é proprietária essa autarquia*», que «*pese embora o protocolo referido tenha sido celebrado há quase ano e meio, só agora está a ser concluído o projeto de execução que determinará as obras de adaptação necessárias às instalações do Posto Territorial de Lagos da GNR e respetivos custos*» e que «*prevê-se que o concurso de empreitada seja iniciado em breve, de modo a que as obras estejam concluídas nos primeiros meses de 2017*».

Em outubro de 2017, não só as obras não estavam concluídas como nem sequer se tinham iniciado, pelo que o Grupo Parlamentar do PCP voltou a questionar o Governo sobre este assunto (pergunta n.º 61/XIII/3ª).

Na sua resposta, o Governo informou que «*o projeto de execução, elaborado pela Guarda Nacional Republicana, encontra-se concluído e validado pela Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, o qual antecipa uma intervenção com um investimento global previsto no valor de 279.000 €*» e que «*a empreitada em apreço será lançada pela Câmara Municipal de Lagos por via da celebração de um contrato interadministrativo*».

Volvidos 6 meses, de acordo com informação recolhida pelo PCP, as obras de adaptação das novas instalações da GNR de Lagos ainda não se iniciaram.

Em resumo, o anterior Governo PSD/CDS reconheceu em 2012 que as instalações da GNR de Lagos se encontravam degradadas e eram desajustadas face às necessidades do serviço, mas só passados 3 anos, em abril de 2015, é que celebrou um protocolo com a Câmara Municipal de Lagos para a instalação da GNR em novas instalações; dezasseis meses depois, em agosto de 2016, o projeto de execução das obras de adaptação dessas novas instalações estava “quase” concluído, mas só ficou mesmo concluído dois anos e meio depois da celebração do protocolo; as obras, que deveriam estar concluídas no início de 2017, ainda nem sequer começaram.

Os atrasos na concretização de investimentos na melhoria dos serviços públicos, como este aqui referido, são consequência da opção política, que o PCP rejeita, de dar prioridade à redução acelerada do défice orçamental em detrimento da resolução dos problemas concretos das pessoas e do país.

Pelo exposto, com base nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, através do Ministério da Administração Interna, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Como explica o Governo que as obras de adaptação do novo Posto Territorial de Lagos da GNR ainda não tenham sido iniciadas, quando a sua conclusão estava prevista para o início de 2017?
2. Quando terão início essas obras? Quando serão concluídas?

Palácio de São Bento, 27 de abril de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.